



APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0801979-33.2023.8.19.0040

Apelante: KYLLDER DOS SANTOS MOREIRA

Apelado: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Relatora: Desembargadora Flavia Romano de Rezende

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. POLICIAL MILITAR. AÇÃO COM PEDIDO DE CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE POLICIAL MILITAR EM TEMPO COMUM POR INTERMÉDIO DA APLICAÇÃO DE FATOR DE CORREÇÃO, NOS TERMOS DO ART. 57, § 5º DA LEI FEDERAL Nº 8.213/91. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO. JURISPRUDÊNCIA DO E. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO SENTIDO DE QUE AS REGRAS SOBRE APOSENTADORIA ESPECIAL PREVISTAS NO ART. 4º, § 4º-C DA CARTA MAGNA E NO TEMA Nº 942 DA REPERCUSSÃO GERAL SE APLICAM APENAS AOS SERVIDORES CIVIS, E NÃO AOS MILITARES, QUE CONTAM COM REGIMES PRÓPRIOS DIFERENCIADOS DE PREVIDÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE, PORTANTO, DE SE APLICAR QUALQUER ACRÉSCIMO DECORRENTE DE INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE NA CONVERSÃO DO TEMPO DE SERVIÇO DO APELANTE COMO POLICIAL MILITAR. ABSOLUTA AUSÊNCIA DE PREVISÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL QUE AUTORIZE ESSE ACRÉSCIMO. LEI ESTADUAL Nº 441/81 QUE TRATA DA PREVIDÊNCIA DOS POLICIAIS MILITARES DESTE ESTADO, E NADA PREVÊ ACERCA DE EVENTUAL ACRÉSCIMO EQUIPARÁVEL ÀS APOSENTADORIAS ESPECIAIS DOS SERVIDORES CIVIS. SENTENÇA QUE, PORTANTO, DEVE SER MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Cível nº 0801979-33.2023.8.19.0040**, **ACORDAM** os Desembargadores da 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, **por unanimidade, em negar provimento ao recurso**, nos termos do voto da Relatora.

Trata-se de ação ajuizada por KYLLDER DOS SANTOS MOREIRA em face do ESTADO DO RIO DE JANEIRO, objetivando a conversão de serviço especial em tempo comum para fins previdenciários, salientando que passou a exercer o cargo de policial militar a partir de



APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0801979-33.2023.8.19.0040

03/04/2000. Aduz que até a reforma da previdência efetivada com a emenda constitucional nº 103/19 era permitida a conversão pleiteada. Ampara sua pretensão no que foi estabelecido no TEMA 942 do Supremo Tribunal Federal, e aduz que a atividade de militar é nociva à saúde ou à integridade física do servidor.

Pretende seja o tempo de serviço especial calculado com multiplicador de 1.4, nos termos do art. 57, § 5º da Lei nº 8.213/91, a ser acrescido em todo este período como policial militar, sendo assegurados todos seus reflexos, triênios, abono permanência, acrescidos de correção e juros ambos pela Selic conforme a EC 113/2021, requerimento de passagem para reserva remunerada retroativo, ficando este facultado ao autor, sendo o tempo convertido contabilizado com outras atividades averbadas nos seus assentamentos com seus devidos reflexos. Requer, ainda, caso tenha alcançado o tempo para reforma, que assim seja declarado e passe imediatamente para a inatividade, sob pena de multa, facultada à parte autora a permanência em serviço.

O réu apresentou contestação (Id. 86654104), alegando que o tempo de contribuição na PMERJ não pode ser considerado como atividade risco para efeitos de aposentadoria especial. Aduz que os militares possuem disciplina constitucional própria previstas nos arts. 42, §1º e 142, §3º, da CRFB/88. Ressalta a diferença entre tempo especial e tempo militar, e que não há como se considerar o tempo de contribuição na Polícia Militar como atividade de risco ou perigosa para efeitos de concessão de aposentadoria especial, já que não existe previsão constitucional ou legal de aposentadoria especial aos policiais militares, sob pena de se beneficiar o autor duplamente – tempo de contribuição especial e menor tempo de contribuição.

Destaca a impossibilidade de a parte autora utilizar do regramento próprio do Regime Geral de Previdência Social quando já existente Lei Estadual que regula o tema, como a Lei Complementar n. 195/2021. Por fim, defende a inaplicabilidade do Tema n. 942 do STF, porque restou discutido à luz dos servidores civis, sendo, portanto, inaplicável aos servidores militares.

Manifestação em réplica no Id. 97042115.

A sentença (indexador 141229593) julgou improcedentes os pedidos e condenou o réu a arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios de R\$ 1.000,00, observado que lhe foi



APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0801979-33.2023.8.19.0040

concedida a gratuidade de justiça.

Irresignado, apela o vencido (ind. 142753855), sustentando que sua pretensão deve ser acolhida, pois a legislação estadual é omissa quanto à conversão do tempo de serviço de natureza especial em comum para os militares estaduais, os quais, inegavelmente, estão submetidos a condições especiais de trabalho, principalmente à periculosidade, sendo regulado pela Lei nº 443/81.

Invoca a Súmula Vinculante 33 e defende que devem ser aplicadas, no caso, as regras do regime geral da previdência social, no qual o direito postulado é previsto no art. 57, § 5º da Lei nº 8.213/91; que o Tema 942 do STF não se aplica apenas aos servidores públicos civis, mas também aos militares, sob pena de violação ao princípio da isonomia.

Ressalta que não pretende uma nova possibilidade de aposentadoria para os militares, mas o reconhecimento do trabalho exercido sob condições especiais, com a respectiva conversão do tempo de serviço especial em tempo de serviço comum, aplicando-se o multiplicador 1,4.

Requer o provimento do recurso e a reforma da sentença para julgar procedentes os pedidos.

Contrarrazões (ind. 148912858), ressaltando a inaplicabilidade à hipótese da tese firmada no Tema 942 da repercussão geral, porque construída sobre situação afeta a servidores civil, e não a militares, que já gozam de proteção legal e constitucional por força da atividade exercida, beneficiando-se de critérios diferenciados em relação aos servidores civis para fins de passagem à inatividade; que não há omissão legislativa em relação aos servidores militares relativa à aposentadoria especial.

É o relatório.

VOTO

Estão preenchidos os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal.

Como relatado, versa a hipótese sobre a possibilidade de conversão do tempo de serviço especial, prestado como policial militar, em tempo comum, por intermédio da aplicação de fator de correção, na forma do art. 57, parágrafo 5º da Lei nº 8.213/91, de modo a gerar para o autor o



APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0801979-33.2023.8.19.0040

direito de averbar tempo a mais em seus assentamentos funcionais e devidos reflexos.

A sentença recorrida julgou improcedente o pedido ao fundamento de que a pretensão esbarra na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual o Tema 942 da Repercussão Geral não é aplicável aos servidores militares estaduais, porque possuem regime próprio de previdência social, com direitos, garantias, prerrogativas e impedimentos peculiares.

É contra essa deliberação que se volta o recurso.

Prevê o art. 40, § 4º-C da Carta Magna a possibilidade de instituição, pelos entes federados, de aposentadoria especial aos seus servidores que estejam expostos a agentes químicos, físicos ou biológicos prejudiciais à saúde, o que deve ser regulamentado em lei complementar. Veja:

Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

(...)

§ 4º-C. Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

A partir disso, e considerando que a redação do referido dispositivo constitucional, antes da reforma previdenciária trazida pela Emenda Constitucional nº 103/2019, somente autorizava a instituição de requisitos e critérios diferenciados de aposentadoria especial para servidores cujas atividades fossem exercidas sob condições especiais que prejudicassem a saúde ou a integridade física, o que deveria estar previsto em lei complementar editada por cada ente federado, foi consolidado o Tema nº 942 de Repercussão Geral, com a seguinte tese:



APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0801979-33.2023.8.19.0040

Até a edição da Emenda Constitucional nº 103/2019, o direito à conversão, em tempo comum, do prestado sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física de servidor público decorre da previsão de adoção de requisitos e critérios diferenciados para a jubilação daquele enquadrado na hipótese prevista no então vigente inciso III do § 4º do art. 40 da Constituição da República, devendo ser aplicadas as normas do regime geral de previdência social relativas à aposentadoria especial contidas na Lei 8.213/1991 para viabilizar sua concretização enquanto não sobrevier lei complementar disciplinadora da matéria. Após a vigência da EC n.º 103/2019, o direito à conversão em tempo comum, do prestado sob condições especiais pelos servidores obedecerá à legislação complementar dos entes federados, nos termos da competência conferida pelo art. 40, § 4º-C, da Constituição da República.

Logo, com base no citado precedente qualificado, se o ente federado ao qual vinculado o servidor exercente de atividade insalubre não contasse com lei específica tratando dos requisitos e critérios para aposentadoria especial, seria observada, no período anterior à entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/19, em caráter supletivo, a Lei nº 8.213/91, que regula o Regime Geral de Previdência Social, como forma de viabilizar o concreto exercício do direito de conversão do tempo especial em comum para esses servidores.

Por outro lado, no período posterior à entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103/2019, o direito à conversão do tempo especial em comum para servidores que trabalhem em condições insalubres, deverá, necessariamente, observar a legislação complementar dos entes federados, nos termos do art. 40, § 4º-C da CF.

Note-se que esse entendimento apenas confirmou aquele já consolidado através da Súmula Vinculante nº 33, que também trata da questão, sendo assim redigida:

Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, § 4º,



APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0801979-33.2023.8.19.0040

inciso III da Constituição Federal, até a edição de lei complementar específica.

Ocorre que o regime de aposentadoria especial previsto no art. 40 da Constituição da República, se aplica apenas aos servidores públicos civis, já que a base do sistema de previdência dos militares está prevista no art. 42 do Texto Constitucional, abaixo transcrito:

Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º; do art. 40, § 9º; e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre as matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.

§ 2º Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal.

§ 3º Aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar.

Tendo em vista tal regramento, orienta a jurisprudência do e. Supremo Tribunal Federal que a previdência brasileira se divide em Regime Geral, vinculado ao INSS, Regimes Próprios, aplicáveis aos servidores civis de cada ente federativo e os Regimes Próprios dos Militares, que são um segmento diverso, não se confundido com o sistema de previdência dos servidores civis, já que as regras sobre contribuição, os requisitos de concessão de benefícios e mesmo a base de financiamento são diversos.

Neste sentido:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO.
APOSENTADORIA ESPECIAL PARA POLICIAIS FEMININAS CIVIS E



APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0801979-33.2023.8.19.0040

MILITARES. ART. 40, § 1º E § 4º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. 1. Inexistência de omissão inconstitucional relativa à aposentadoria especial das servidoras da Polícia Militar. A Lei Complementar n. 144/2014, norma geral editada pela União nos termos do art. 24, § 4º, da Constituição da República, é aplicável às servidoras da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Precedentes. 2. O art. 42, § 1º, da Constituição da República preceitua: a) o regime previdenciário próprio dos militares, a ser instituído por lei específica estadual; b) não contempla a aplicação de normas relativas aos servidores públicos civis para os militares, ressalvada a norma do art. 40, § 9º, pela qual se reconhece que 'o tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade'. Inaplicabilidade do art. 40, §§ 1º e § 4º, da Constituição da República, para os policiais militares. Precedentes. 3. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão julgada improcedente. (ADO 28, Relator(a): CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, julgado em 16-04-2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-151 DIVULG 31-07-2015 PUBLIC 03-08-2015)

Daí porque, não se confundindo o Regime Próprio de Previdência, com o Regime Próprio dos Militares, conclui-se que o art. 40, § 4º-C e o Tema nº 942 de Repercussão Geral, não se aplicam aos integrantes da Polícia Militar.

Sobre a matéria, vejam-se os seguintes julgados da Corte Suprema (grifamos):

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. MILITAR. ATIVIDADE ESPECIAL. TEMA 942 DA REPERCUSSÃO GERAL. INAPLICABILIDADE. 1. **A orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que o Tema 942 da repercussão geral, que tem como base o art. 40, § 4º, III, da Constituição, não se aplica aos servidores militares.** 2. Nos termos



APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0801979-33.2023.8.19.0040

do art. 85, § 11, do CPC/2015, fica majorado em 10% o valor da verba honorária fixada anteriormente, observados os limites legais do art. 85, §§ 2º e 3º, do CPC/2015, bem como eventual deferimento da assistência judiciária gratuita. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (ARE 1450142 ED-AgR, Relator(a): LUÍS ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 02-10-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 17-10-2023 PUBLIC 18-10-2023)

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ART. 40, § 3º, DA CF. LEI 1.943/1954. AGENTE PENITENCIÁRIO. **APOSENTADORIA ESPECIAL. CONVERSÃO DE ATIVIDADE POLICIAL MILITAR INSALUBRE EM TEMPO COMUM. SISTEMA HÍBRIDO. IMPOSSIBILIDADE. INAPLICABILIDADE DO TEMA 942 DA REPERCUSSÃO GERAL.** ALEGADA AFRONTA AO ART. 5º, § 1º, DA EC 103/2019. INOVAÇÃO DE MATÉRIA EM SEDE RECURSAL. INVIABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Inaplicável o disposto no Tema 942 da sistemática de Repercussão Geral, tendo em vista que a questão versada no julgamento do ARE 1.014.286-RG, de que fui redator para o acórdão, é diversa da discutida nos presentes autos. 2. No caso concreto, a ação foi ajuizada por agente penitenciário que busca a conversão de atividade policial militar insalubre em tempo comum. 3. **O Plenário desta Corte decidiu, no julgamento do RE 570.177- RG, de relatoria do Min. Ricardo Lewandowski, Tema 15, que aos policiais militares estaduais não incide o regime jurídico de servidores públicos civis.** No âmbito do Estado do Paraná os militares são regidos pela Lei 1.943/1954. 4. A jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que é impossível conjugar as regras mais benéficas de dois regimes de aposentadorias distintos, tendo em vista que se criaria um sistema híbrido, incompatível com a sistemática de cálculo dos benefícios previdenciários. 5. É firme o entendimento deste Tribunal de que é inviável a



APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0801979-33.2023.8.19.0040

inovação de matéria em sede agravo interno. 6. Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 1360505 ED-AgR, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: EDSON FACHIN, Segunda Turma, julgado em 18-04-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 15-06-2023 PUBLIC 16-06-2023)

No caso, a legislação infraconstitucional pertinente aos policiais militares do Estado do Rio de Janeiro é a Lei nº 443/81, que estabelece os critérios para a passagem à inatividade, com regras específicas, que em nada se assemelham à aposentadoria especial dos servidores civis, nada sendo tratado acerca de condições insalubres das suas atividades com prejuízo à saúde como no caso dos servidores civis.

Não se quer dizer com isso que a atividade de um policial militar não seja perigosa, mas apenas que, para fins previdenciários, esse não foi um critério adotado pelo legislador para instituição de um benefício de aposentadoria especial, ou algo equiparado a ele.

Destarte, considerando que o Regime Próprio dos Militares é dissociado dos Regimes Próprios de Previdência integrados pelos servidores civis, é inviável que se autorize, ante à inexistência de comando constitucional ou legal expresso a esse respeito, a contagem de tempo especial pretendida, na conversão para tempo de serviço comum.

Acerca do tema, colacionam-se os seguintes julgados desta Corte de Justiça:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. POLICIAL MILITAR. PRETENSÃO DE CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM TEMPO DE SERVIÇO COMUM. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO MANTIDA EM GRAU RECURSAL. INCONFORMISMO. 1- O STF, quando do julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.014.286/SP, sob o regime da repercussão geral (Tema 942), firmou entendimento no sentido da possibilidade de aplicação das regras do regime geral de previdência social para averbação do tempo de serviço prestados em condições especiais,



APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0801979-33.2023.8.19.0040

nocivas à saúde ou à integridade física de servidor público, com conversão do tempo especial em comum, mediante contagem diferenciada. 2- Entretanto, verifica-se a existência de distinguish entre a presente hipótese e a tese firmada no referido Recurso Extraordinário nº 1.014.286/SP, uma vez que a jurisprudência do STF se posicionou no sentido de que o Tema 942, que tem como base o art. 40, § 4º, III, da Constituição, não se aplica aos servidores militares. 3- Ressalte-se, ainda, que o STF já decidiu, no julgamento do RE 570.177-RG/MG (Tema 160), que aos militares não se aplica o regime jurídico dos servidores civis. 4- No caso concreto, a Lei Estadual 443/81, que regulamenta a Previdência Social da Polícia Militar, não dispõe sobre a contagem de tempo de serviço de natureza especial para fins de aposentadoria, com aplicação do fator multiplicador. 5- Precedentes do STF. Provimento dos embargos, com efeitos infringentes, para reformar a sentença. (Apelação Cível nº 0800538-66.2022.8.19.0025 – Rel. Des. MARCO AURÉLIO BEZERRA DE MELO. Quinta Câmara de Direito Público. Julgado em 20/04/2024)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. PRETENSÃO AUTURAL DE CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM TEMPO DE SERVIÇO COMUM. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. IRRESGINAÇÃO DO RÉU. Doutrina e a jurisprudência do STF, contudo, afirmam que o fundamento constitucional para a aposentadoria dos policiais militares é o art. 142, § 3º, X c/c o art. 42, § 1º da CF/88, não se aplicando a regra de aposentadoria especial prevista no art. 40, § 4º, da CF/88 em favor de policial militar estadual. Impossibilidade de aplicação do Tema 942 STF ao caso. Aposentadoria especial está prevista no artigo 40, § 4º, 4º-A, 4º-B e 4º-C, da Constituição Federal, para os servidores titulares de cargos efetivos em um dos entes federados. Artigo 40, § 12 da CRFB prevê que o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social (Súmula 33 STF).



APELAÇÃO CÍVEL Nº. 0801979-33.2023.8.19.0040

Julgamento do RE 570.177-RG/MG (Tema 160), que aos militares não se aplica o regime jurídico dos servidores civis. Hipótese dos autos versa sobre tempo de serviço de policial militar, cujo regime jurídico é distinto do regime incidente aos Servidores Civis, tratado no Tema nº 942. Distinguish entre a o presente caso e a tese firmada no referido Recurso Extraordinário nº 1.014.286/SP. Estatuto dos Policiais-Militares do Estado do Rio de Janeiro (Lei nº 443/81) prevê no artigo 95 que os militares só passam a ter direito à transferência à reserva remunerada a pedido quando completam o tempo mínimo de 30 (trinta) anos de serviço. STF já decidiu reiteradamente no sentido de que é inaplicável a regra de aposentadoria especial prevista no art. 40 § 4º da Constituição Federal em favor do policial militar estadual. Reforma da sentença que se impõe. Precedente deste TJRJ. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (0806656-91.2023.8.19.0045 - APELAÇÃO. Des(a). ALEXANDRE TEIXEIRA DE SOUZA - Julgamento: 28/11/2024 - QUINTA CAMARA DE DIREITO PUBLICO (ANTIGA 16ª CÂMARA CÍVEL))

A sentença, portanto, está correta.

Pelo exposto, voto no sentido de **conhecer do recurso e negar-lhe provimento**, majorando os honorários advocatícios em R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos do art. 85, parágrafo 11 do Código de Processo Civil, observada a gratuidade de justiça concedida ao autor.

Rio de Janeiro, na data da assinatura digital.

FLÁVIA ROMANO DE REZENDE
Desembargadora Relatora